

Vitória Passos Miranda

Como estereótipos de gênero afetam o subdiagnóstico de meninas e mulheres autistas.

Uberlândia, 2023

Vitória Passos Miranda

Como estereótipos de gênero afetam o subdiagnóstico de meninas e mulheres autistas.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto Federal de Uberlândia, como requisito
parcial à obtenção do Título de Bacharel em
Psicologia

Orientador: Prof. Dr. João Fernando Rech
Wachelke

Uberlândia, 2023

Vitória Passos Miranda

Como estereótipos de gênero afetam o subdiagnóstico de meninas e mulheres autistas.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. João Fernando Rech Wachelke

Banca examinadora:

Uberlândia, de junho de 2023

Prof. Dr. João Fernando Rech Wachelke

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia, MG

Prof^ªDr^ª Joaquim Carlos Rossini

Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia, MG

Ms. Priscilla Martins Dornelas

Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis - SC

Uberlândia

2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que sempre me apoiaram em minha jornada acadêmica, sendo no fundamental, ensino médio ou graduação. Obrigada aos dois, por me inspirarem a ser cada vez melhor e por serem exemplos de profissionais em suas respectivas áreas.

Ao meu orientador, João, pela paciência e leveza ao me conduzir pelo processo de escrita deste trabalho.

Ao meu irmão com quem posso contar para um momento de descontração e uma foto dos meus gatos para me alegrar.

Ao meu namorado, que me fez companhia, mesmo à distância, durante a escrita deste trabalho, trazendo calma para noites conturbadas.

Aos meus amigos que me acompanharam durante esses 5 (ou quase 6) anos de graduação, obrigada por fazerem parte dessa jornada, levo comigo um pouquinho de vocês, assim como espero ter deixado um pouquinho de mim em vocês.

Por fim, à Universidade Federal de Uberlândia e, em especial, ao Instituto de Psicologia.

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do desenvolvimento que se manifesta de forma diferente em cada indivíduo. As características comuns incluem dificuldades de comunicação, falta de habilidades sociais, dificuldades linguísticas e padrões restritos e repetitivos de comportamento. O diagnóstico do TEA é baseado em observações comportamentais e a gravidade do transtorno é determinada pelo grau de comprometimento na comunicação social e nos comportamentos restritos e repetitivos. O tema da neurodivergência tem sido cada vez mais discutido na mídia e na academia, impulsionado pelo compartilhamento de experiências por pessoas neurodivergentes nas mídias sociais e por estudos relacionados ao tema. Essa maior visibilidade tem levado a um maior interesse e compreensão da neurodiversidade como um importante aspecto da diversidade humana.

Chama minha atenção particularmente a problemática acerca das mulheres autistas e a dificuldade que elas experienciam na obtenção de seu diagnóstico bem como da sua compreensão como sendo neurodivergentes. Por isso, este ensaio buscou compreender por meio da revisão da literatura existente, de que formas as representações sociais e estereótipos de gênero e sobre o autismo influenciam no subdiagnóstico de mulheres autistas. Percebeu-se que algumas características associadas ao autismo também são associadas a meninas, e isso, juntamente com a tendência delas a camuflarem seus sintomas, parece representar um grande fator que pode explicar o subdiagnóstico.

Palavras chave: autismo, gênero, mulheres, subdiagnóstico, neurodivergência, representações sociais

ABSTRACT

The Autistic Spectrum Disorder (ASD) is a developmental disorder that manifests itself differently in each individual. Common features include communication difficulties, lack of social skills, language difficulties, and restricted and repetitive patterns of behavior. The diagnosis of ASD is based on behavioral observations and the severity of the disorder is determined by the degree of impairment in social communication and restricted and repetitive behaviors. The topic of neurodivergence has been increasingly discussed in the media and academia, driven by the sharing of experiences by neurodivergent people on social media and by studies related to the topic. This greater visibility has led to greater interest in and understanding of neurodiversity as an important aspect of human diversity. My attention is particularly drawn to the issue surrounding autistic women and the difficulty they experience in obtaining their diagnosis as well as their understanding as being neurodivergent. Therefore, this essay sought to understand, through a review of the existing literature, how social representations and stereotypes about gender and about autism influence the underdiagnosis of autistic women. It was noticed that some characteristics associated with autism are also associated with girls, and this, together with their tendency to camouflage their symptoms, seems to represent a major factor that can explain the underdiagnosis.

Key words: autism, gender, women, underdiagnosis, neurodivergency, social representations

INTRODUÇÃO

A palavra “diversidade” é bastante popular entre aqueles que têm como seu foco de estudo as pessoas, os grupos e os modos de ser e de funcionamento deles. Compreendo a diversidade como sendo fator determinante da nossa espécie como ela se encontra hoje, em todos os âmbitos que ela consegue abarcar: étnico, cultural, linguístico, sexual, de gênero, e todas as ramificações advindas destes. Esse trabalho busca discutir aspectos relacionados a um grupo de pessoas que se enquadra em um tipo específico de diversidade: a neurodiversidade.

A neurodiversidade, em linhas gerais, é um termo que também dá nome a um movimento que busca o reconhecimento de que um funcionamento neurológico atípico não é uma doença que deve ser tratada e possivelmente curada (Ortega, 2008), mas uma variação natural existente entre os seres humanos, que deve ser compreendida e acolhida. O movimento da neurodiversidade é político e se relaciona com a busca por direitos, por reconhecimento e pelo combate à discriminação daqueles diagnosticados com algum tipo de transtorno do neurodesenvolvimento, como o autismo, transtorno de atenção e hiperatividade, transtorno bipolar, dispraxia, dislexia, epilepsia, e síndrome de Tourette (Jaarsma & Wellin, 2012).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do desenvolvimento global e se manifesta diferentemente em cada indivíduo que o possui; entretanto, existe um consenso de manifestações em comum que podem ser observadas, ao menos em parte, naqueles que se encontram no espectro, sendo elas: dificuldades na comunicação, falta de habilidades sociais, dificuldades no domínio da linguagem, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, sintomas percebidos desde a infância. Uma vez que não existem marcadores biológicos bem definidos e facilmente identificáveis, o transtorno é diagnosticado

comportamentalmente, sendo analisadas características do funcionamento cotidiano do indivíduo para determinar o grau de severidade apresentado (Hull et al., 2020).

O grau de comprometimento na comunicação social, de restrição e repetição comportamental, bem como o grau de dependência da pessoa diagnosticada com TEA é que determinarão nível do autismo (APA, 2023). Segundo o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, o DSM-5-TR (2023), essa gravidade é registrada a partir do nível de suporte de que esse indivíduo precisa, então do nível 1 (“exigindo apoio”), passando pelo nível 2 (“exigindo apoio substancial), até o nível 3 (“exigindo apoio muito substancial”). Os níveis de suporte necessários são determinados pelo manual a partir de duas vertentes: “Comunicação verbal” e “Comportamentos restritos e repetitivos”. Ambos descrevem as formas como o comprometimento verbal e a prevalência de comportamentos repetitivos influenciam na socialização dos indivíduos com TEA em cada nível de apoio necessário.

Cada vez mais os temas que circundam as neurodivergências têm sido discutidos na mídia, principalmente levando em consideração o advento das mídias sociais, que criam um espaço para que pessoas inseridas em diversos contextos produzam um conteúdo relatando suas próprias vivências. Concomitantemente, surgem cada vez mais estudos relacionados aos temas supracitados. É interessante pensar que uma coisa pode ser catalisadora da outra, ou seja, que o fato de existirem cada vez mais pessoas neurodivergentes compartilhando suas experiências em mídias sociais e publicações acadêmicas faz com que cada vez mais esse tema seja investigado e divulgado como um saber importante e de grande relevância social.

Um outro tema de crescente interesse das pessoas, são as discussões sobre sexo, gênero e normas sociais relacionadas aos dois últimos. O objetivo do presente trabalho é apresentar uma discussão na qual ambos os temas se permeiam, buscando compreender por meio da revisão da literatura existente, bem como por falas (registradas nessa literatura) de pessoas atravessadas por tais questões, de que forma a maneira como as crianças são

ensinadas e o que se espera delas influenciam no processo de identificação, pesquisa e diagnóstico do autismo em pessoas designadas como sendo do sexo feminino ao nascer.

Discussões acerca das adversidades enfrentadas pelas mulheres são de extrema importância visto que historicamente esse é um grupo preterido e desconsiderado no âmbito da ciência (não apenas nele) e necessita do contínuo avanço na atenção que tem recebido com o passar dos anos. Dito isso, as mulheres autistas são um grupo com questões específicas que se beneficiaria de maior foco em sua forma de ser, visto que sua invisibilidade, advinda de compreensões culturais do que uma mulher e do que uma pessoa autista devem ser, traz diversos malefícios que serão explorados mais detalhadamente neste trabalho.

O trajeto dessa discussão será percorrido da seguinte maneira: primeiro será feita uma contextualização acerca do autismo, como sua compreensão e diagnóstico mudaram desde que surgiu. Posteriormente, será discutido o conceito de gênero e como, especificamente o feminino, se constitui através do tempo e cultura. Estudos acerca das diferenças apresentadas por homens e mulheres autistas serão expostos e, em seguida, quais são as representações sociais envolvidas em todos esses tópicos. Por fim, apresentarei minhas considerações finais.

Autismo:

Antes de ser descrito como Transtorno Autista em 1980, em manuais médicos, o autismo era compreendido de maneira psicodinâmica. Os registros em sua maioria são de psicanalistas que compreendiam o autismo como uma forma de psicose manifestada na infância (Schmidt, 2017). Até que o TEA fosse descrito como é atualmente no DSM-5-TR (2023), diversos outros transtornos eram associados ao universo diagnóstico do autismo, entretanto, eram, por suas diferenças, nomeados como transtornos específicos, como o Transtorno Desintegrativo da Infância e as síndromes de Asperger e Ret. O diagnóstico, entretanto, passou por uma transformação que possibilitou uma melhoria na qualificação,

resultando em critérios diagnósticos mais sensíveis e específicos e, com isso, os transtornos citados anteriormente passaram a ser compreendidos e nomeados como Transtorno do Espectro Autista (TEA) (Freire & Cardoso, 2022).

Atualmente, as características nas quais o DSM-5-TR (2023) foca ao descrever o autismo pertencem às dimensões de comunicação social e os comportamentos. A dimensão de comunicação social diz respeito à forma como as interações ocorrem, pensando em como se dá a reciprocidade socioemocional dessas pessoas. No autismo, as interações sociais acontecem de forma atípica, como por exemplo uma pessoa pode fazer perguntas ou apontamentos que para a maioria seriam consideradas muito pessoais, pode também se aproximar e tocar na roupa de alguém por conta de seu interesse pela textura e isso pode causar certo estranhamento para o interlocutor. Além disso, as pessoas dentro do espectro autista comumente possuem restrição de interesses e tendência à repetição. Isso acaba dificultando a comunicação com pessoas que não possuem o transtorno, visto que limita a possibilidade de tópicos conversacionais, diminuindo a oportunidade de estabelecimento de uma comunicação satisfatória (Schmidt, 2017).

De acordo com o DSM-5-TR (2023), a ocorrência do TEA parece atingir 1% da população em países que não são os Estados Unidos. Não fica claro se o aumento referente à prevalência descrita no DSM-IV é por conta de um real aumento de casos, ou se tem a ver com o aumento dos critérios diagnósticos desta edição, bem como uma maior conscientização sobre a importância da investigação dos sintomas. A seção do manual chamada “Questões Diagnósticas Relativas ao Sexo e ao Gênero” da quinta edição revisada do DSM possui mais informações do que a sua versão anterior, que é bastante diminuta, possuindo apenas cinco linhas e descreve o que grande parte dos estudos reproduz: o TEA é diagnosticado 5 vezes mais em meninos do que em meninas, além de apontar que as meninas no espectro possuem maior propensão a apresentar deficiência intelectual concomitante, e que não apresentar essa

deficiência pode fazer com que as garotas não sejam diagnosticadas (APA, 2014). No DSM-5-TR (APA, 2023) essa seção apresenta mais informações relacionadas à dificuldade do diagnóstico devido à maior tendência das mulheres em comparação aos homens a mascarar os sintomas autistas.

É importante notar que apesar de não haver grandes especificidades e definições conclusivas sobre os marcadores genéticos que poderiam estar por trás do TEA, existem estudos feitos a partir da análise do genoma de irmãos de pessoas autistas que sugerem que definitivamente, o TEA é um transtorno que carrega grande carga genética. Sugere-se ainda que pode haver um fator genético protetivo nas mulheres, fazendo com que elas necessitem de uma carga genética maior do que os homens para que sintomas de TEA sejam manifestados, uma vez que irmãos de meninas diagnosticadas com TEA, apresentam sintomas mais severos do que elas. (Lin et al., 2022)

Gênero

Em trabalhos que possuem gênero -mais especificamente o feminino - como um ponto central de discussão, é importante que seja definida sob qual perspectiva este conceito está sendo discutido. Aqui se faz o discernimento entre sexo (biológico) e gênero (performance/construção/regras sociais).

No século XIX reforçou-se a ideologia da feminilidade que salientava o papel da mulher como a cuidadora da casa, mantenedora da família e amável com seu marido (Davis, 2016). Esse movimento fomentou uma ampla discussão sobre o conceito de gênero que tem sido feita por teóricas feministas desde o século passado tendo como uma de suas percussoras a francesa Simone de Beauvoir, que em seu livro “O segundo sexo” de 1949, utilizou uma frase muito famosa até os dias de hoje: “Não se nasce mulher, torna-se mulher.” – Essa frase implica uma diferenciação entre o sexo biológico e tudo aquilo que culturalmente é construído

a fim de definir um homem ou uma mulher. Sendo assim, o sexo é aquilo com que uma pessoa nasce naturalmente, algo material que a define biologicamente, enquanto o gênero é construído socialmente e pela cultura.

A ideia beauvoiriana do feminino implicava que tudo aquilo que diferencia uma mulher de um homem era imposto com a finalidade de promover a manutenção de um sistema no qual os homens tinham domínio econômico, político e social sobre as mulheres. Sendo assim, Beauvoir explica em entrevista com Jean-Louis Servan-Schreiber (1975) que os ideais da mãe de família, da mulher delicada, da mulher omissa e silenciosa, não incentivada a perseguir uma formação, dedicada aos filhos servem para que essas mulheres não participem do mundo produtivo. Beauvoir argumentava que é cômodo para os homens se manterem dominantes economicamente, uma vez que isso gera uma dominância muito mais ampla sobre as vidas das mulheres que, sem formação alguma, dependeriam de um homem para sustentá-las e aos seus filhos.

As mulheres sempre foram um vetor importante de disseminação desses valores do feminino ideal, até porque mães criam filhas, e essas mães mesmo inseridas em contextos nos quais elas trabalham tanto quanto seus maridos fora de casa, e dando conta de todo o trabalho doméstico e do cuidado dos filhos que são impostas a elas, tornando sua jornada de trabalho interminável, transmitem para suas filhas sua vivência de como elas devem ser mulheres, com tudo o que isso implica.

Após um pontapé inicial do questionamento sobre gênero a partir das autoras feministas como Simone de Beauvoir, houve na década de 1990 o surgimento da “teoria queer” com Judith Butler, que fez algumas críticas e teceu diversas obras sobre questões de gênero e performatividade.

Em seu livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” (lançado em 1990 nos Estados Unidos), Judith Butler propõe uma desconstrução da dicotomia

sexo/gênero que embasava a teoria feminista até então. A autora explica que em uma tentativa de desnaturalizar características ditas femininas, ou seja, que certas características como a fragilidade e a submissão estavam fadadas a estarem presentes em pessoas que nascessem com o sexo feminino, surge a ideia de que o sexo era algo natural enquanto o gênero era socialmente construído. Tendo isso em vista, critica que dessa forma, não a biologia, mas sim a cultura seria o destino do sujeito. Butler explica que ao propor-se que um sujeito se torna um gênero, propõe-se que este, a partir de um conjunto de possibilidades previamente estabelecidas por uma série de normas culturais, deve escolher entre um gênero ou outro. (Rodrigues, 2005)

Em linhas gerais, para Butler, o gênero é performativo, ou seja, ao passo que as expectativas sociais impostas a um corpo são sanadas, e uma pessoa age de acordo com elas, o gênero vai sendo construído e mantido. Sendo assim, se as pessoas se recusassem a se comportar da forma como é esperado delas, baseado em seu gênero, o gênero deixaria de existir. Entretanto, as “regras de gênero” ainda existem e são fortemente reforçadas desde tenra idade.

A feminilidade, então, é entendida como a materialização da performance do gênero feminino, uma vez que essa construção é percebida apenas na relação com o olhar do outro que significa essa performance como sendo feminina. Compreendo esse ponto como sendo importante neste trabalho uma vez que muito da problemática envolvendo o subdiagnóstico do autismo nas mulheres tem a ver com a forma com que elas, seus comportamentos e interações são enxergados por pais, professores e pares.

Autismo em relação ao gênero

Historicamente o autismo é retratado como sendo um transtorno masculino. Considerando o dado de que a sua prevalência é quatro vezes maior em meninos do que em meninas, percebe-se uma tendência de gênero significativa no que concerne diagnósticos e principalmente em pesquisas, que endossam essa informação (Costa & Lima, 2022). Muitos dos estudos primordiais sobre o autismo focaram em participantes do sexo masculino, fazendo com que existam lacunas na compreensão da experiência de mulheres com TEA. Esses fatores contribuem para o estereótipo de que o autismo é um transtorno masculino, causando lacunas também no reconhecimento e diagnóstico do autismo nas mulheres.

Um outro fator que representa desafios para o diagnóstico do TEA em mulheres é o de que elas tendem a ser mais suscetíveis ao “*masking*”, termo utilizado para descrever o ato de mascarar os seus sintomas e adaptar-se às situações sociais e conseqüentemente, atrasar seu diagnóstico. Embora não seja exclusivamente observável em mulheres autistas, o *masking* aparenta ser mais comum entre elas (Beck et al., 2020), essa prática está intimamente relacionada ao adoecimento mental como depressão e ansiedade, que em mulheres autistas, são observadas com mais frequência do que em homens autistas, e esse fato também tem propulsionado os esforços para com os estudos sobre as particularidades do espectro nas mulheres.

As mulheres com TEA, bem como aquelas fora do espectro, enfrentam desafios navegando as expectativas depositadas em si por conta de normas sociais e de gênero. Tem crescido o reconhecimento da necessidade de chamar atenção para a tendenciosidade de gênero na representação e compreensão de diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista.

Considerando os critérios diagnósticos para o TEA, é possível compreender a associação recorrentemente feita entre a infância e o autismo. Sendo um transtorno caracterizado por comportamentos restritivos e repetitivos, interações sociais atípicas e

desafios na comunicação, é natural que se observem (ou esteja-se atento a) essas manifestações durante os anos de formação e desenvolvimento de uma pessoa. Por esse motivo, é interessante que se investigue como essa observação ocorre, e quando ela se dá, a partir de qual olhar essas crianças estão sendo consideradas e até mesmo julgadas.

Muitas vezes, é na escola que são identificadas preocupações acerca do desenvolvimento e saúde mental de uma criança. Isso ocorre porque é na escola que se estabelecem muitas das interações sociais infantis, sendo um local de possibilidade para diversas relações. Sendo assim, é possível encontrar na literatura, muitos estudos que coletam seus dados justamente nesse ambiente, buscando compreender como as crianças se relacionam e como os professores observam isso.

Um estudo que buscou majoritariamente compreender se seriam evidentes as diferenças de gênero nas características comportamentais observáveis que caracterizariam a apresentação do TEA nas crianças, - diferenças essas que poderiam influenciar na interpretação clínica sobre tais características serem ou não indicativas do transtorno - concluiu que nas meninas, os comportamentos que mais comumente fariam um possível diagnóstico de TEA ser explorado não apareciam tanto quanto nos meninos. As meninas dentro do espectro conseguiam utilizar melhor a linguagem não verbal bem como se envolver em conversas com seus pares (Hiller et al., 2014).

Sugere-se então que há uma expectativa de que de crianças autistas se encontrem sozinhas na maior parte do tempo; entretanto, as meninas autistas não apresentam essa questão tanto quanto os meninos autistas. Além dessas expectativas foram exploradas outras características que são costumeiramente observadas nas crianças autistas na escola, como elas interagem e se misturam com as outras crianças na tentativa de compreender melhor as razões para a dificuldade no diagnóstico de meninas autistas.

Em uma observação de crianças no parquinho de uma escola, Dean et al. (2017) puderam perceber que o contexto social de grupos masculinos tende a destacar sintomas autistas enquanto o contexto social de grupos femininos tende a camuflá-los. Isso se dá pois os grupos de meninos tendem a se organizar em jogos estruturados que demandam uma implicação ativa e constante na atividade sendo realizada, e sendo assim é fácil localizar os meninos com TEA, uma vez que estes se encontravam afastados do grupo. As meninas, por outro lado, tendem a se organizar em grupos fluidos, não possuindo brincadeiras necessariamente, na maioria das vezes se juntando para conversar.

As meninas com TEA podem apresentar dificuldades na compreensão de marcadores sociais sutis e muitas vezes isso faz com que elas sejam identificadas como rudes ou desagradáveis e, quando levadas a se distanciar de um grupo, elas poderiam ser encontradas por perto deste ou de outro e sendo assim, aos olhos de um supervisor de pátio ou de um professor, a garota ligeiramente afastada, mas não necessariamente isolada, não representaria uma preocupação, já que não é incomum que grupos de meninas tenham regras sociais estabelecidas que podem ser aplicadas a partir do acolhimento ou rejeição de seus membros.

Em seu artigo, Hull et al (2020) buscaram compreender qual seria a diferença de gênero encontrada nos resultados da aplicação do CAT-Q (Camouflaging Autistic Traits Questionnaire), ou Questionário de Camuflagem de Traços Autistas, numa tradução livre, um teste de comportamento autodeclarado de camuflagem de traços autistas em adultos dentro e fora do espectro. Uma das descobertas mais consistentes feitas a partir da coleta de dados é a de que mulheres com TEA camuflam suas características autistas mais do que homens autistas, o que corrobora a hipótese dos pesquisadores de que elas podem utilizar mais estratégias de *masking* e experienciar maiores pressões sociais para se assimilar ao ambiente.

Além disso, o estudo aponta que a literatura sugere que esse comportamento de *masking* pode levar as mulheres autistas a enfrentar problemas no âmbito da saúde mental

como depressão, ansiedade e exaustão por conta da pressão para se mostrarem “normais”. Há registros de relatos de mulheres autistas adultas e crianças sobre a energia gasta para parecerem neurotípicas, e como esse fato tem um impacto significativo em sua saúde mental (Cumin et al., 2022).

Critérios e ferramentas diagnósticas também são um dificultador do diagnóstico do TEA em meninas e mulheres uma vez que a régua - o comparativo - é o comportamento apresentado por meninos, como por exemplo: homens autistas apresentam muito mais comportamentos repetitivos do que mulheres, a não identificação deste comportamento, pode dificultar a realização de que elas estão no espectro (Viana, 2022). A maior parte dos métodos de investigação diagnóstica para o autismo (que são, em sua maioria, observações comportamentais) não estão aptas - talvez por uma negligência em perceber a necessidade de considerar diferenças de gênero em seus resultados. A partir do *Autism Diagnostic Observation Schedule* (ADOS) foi possível mensurar que meninas autistas possuem habilidades narrativas mais desenvolvidas do que meninos autistas (Cumin et al., 2022), e habilidades verbais e de comunicação também podem levar ao não diagnóstico para mulheres.

A representação midiática do autismo é também um fator de influência na construção do imaginário acerca do transtorno, perpetuando tendências de reconhecimento e diagnóstico. A representação em filmes e programas de televisão acontece, em sua grande maioria, através de personagens masculinos e suas realidades (ainda que muitas vezes dramatizadas e pouco acuradas), perpetuando ainda mais o estereótipo do autismo como sendo um transtorno masculino. Esse fato pode representar implicações significativas para aqueles indivíduos que não correspondem ao estereótipo. Nesse sentido, mulheres autistas também são atravessadas pela dificuldade de identificação de si mesmas na mídia, dificultando a compreensão de que elas podem estar dentro do espectro autista.

Representações sociais e estereótipos

A teoria das representações sociais é um campo de conhecimento tanto de interesse psicológico quanto sociológico. O primeiro autor a propor o estudo de representações sociais, Serge Moscovici, estudou como um conhecimento científico (no caso a psicanálise) estava se tornando um conhecimento do senso comum na cidade de Paris, para compreender como se dava o desenvolvimento de conhecimentos cotidianos no geral. Moscovici se baseou em conceitos de outros autores para desenvolver o seu, como o conceito de representação coletiva de Durkheim, porém rejeitando suas explicações fundamentalmente sociais, e também o conceito de representação mental de Piaget, porém, rejeitando suas explicações fundamentalmente cognitivas. As representações sociais são interpretações sobre o mundo que orientam as práticas, que constituem e influenciam as representações pessoais, mas são estruturadas e compartilhadas por grupos sociais (Vala e Monteiro, 2000).

Sendo assim, o autor dizia que as representações sociais são como “ciências coletivas”, verdadeiras “teorias” do senso comum que tem grande influência na maneira como a realidade é construída e interpretada. As representações sociais, juntamente com estereótipos, orientam a prática e o funcionamento das pessoas em sociedade. Nesse sentido, como então as representações sociais e estereótipos de gênero e os de autismo estariam ligadas à problemática deste trabalho?

Como mencionado anteriormente, aquilo que compreendemos como “feminino” é um conjunto de comportamentos, papéis e estereótipos construído durante décadas pela cultura, que foi se difundindo e sendo aceito como a norma até os dias atuais, ainda que, admitidamente, esses estereótipos venham sendo cada vez mais desafiados. Essa atribuição de gênero é aprendida pela criança a partir desses ensinamentos, a socialização, orientações adequadas à tal, formando assim a identidade (Dornelas, 2019). As crianças são ensinadas como se comportar com base primeiramente em seu gênero, observa-se a expectativa com

eventos como chás de revelação, que atribuem uma cor ao sexo do bebê, e a partir desse momento, já se idealiza aquela criança. A autora ilustra:

“Geralmente é possível encontrar os garotos praticando atividades mais dinâmicas como jogar bola enquanto as garotas praticam atividades mais serenas como colorir ou brincar com bonecas. Quando meninas se comportam de maneira mais enérgica, tendem a ser repreendidas pelos adultos, que afirmam não ser “comportamento de moça”.”

Em sua pesquisa, Pereira (2019) através de sua busca na literatura, confirma fatores que são comumente associados aos gêneros masculino (instrumentalidade, independência, dominação, virilidade, agressividade, poder) e feminino (expressividade, dependência, submissão, passividade e maternidade). São atribuídos aos homens, traços relacionados a liderança: assertividade, independência, decisão; enquanto às mulheres são atribuídos traços relacionados a intercomunicação: amabilidade, aprovação, emotividade (Dornelas, 2019). Essas características atribuídas ao gênero feminino pode ser encontrado na literatura como sendo algumas daquelas que quando não demonstradas, causam a suspeitas de autismo, entretanto, mulheres autistas tendem a aprender como agir de forma tal que as simula.

Em uma pesquisa que buscou compreender de que forma as pessoas de Uberlândia compreendem os papéis de gênero na família (Calixto, 2018), foi possível perceber que entre pessoas mais jovens a opinião sobre o assunto foi mais igualitária. A autora ressalta que não é possível prever se essas opiniões mudariam com o envelhecimento dessas pessoas. Esse dado, entretanto, pode representar um indicativo de que pessoas mais jovens tendem a pensar de forma menos conservadora e desafiam mais as noções estabelecidas pela cultura. Isso pode apontar para um cenário mais promissor no âmbito de estereótipos de gênero e consequentemente, seus impactos.

Os estereótipos sobre o autismo variam tanto quanto a própria manifestação do mesmo (é um espectro!). Em uma pesquisa feita por Wood (2016), quando perguntados sobre características apresentadas por pessoas autistas, estudantes responderam mais

frequentemente: habilidades sociais pobres, introversão e reclusão, má comunicação, personalidade ou comportamento difícil. Professores, por sua vez, relatam o autismo como sendo dificuldades na externalização de sentimentos (de forma verbal ou não) e inadequação de expressão, interações não convencionais (atípicas), presença de movimentos estereotipados e não contato visual, comportamentos repetitivos e interesses restritivos (Sampaio & Miura, 2015).

Ao fazer uma comparação dos estereótipos de gênero e os de autismo, é possível fazer associações entre o que é esperado e o comportamento que pode vir a ser observado a partir dele. Pessoas autistas costumam ser identificadas “facilmente” quando apresentam comportamentos muito repetitivos, com padrões de fala confusos. Entretanto, características como: isolamento, introversão, má comunicação e habilidades sociais pobres podem facilmente ser confundidas com: timidez, consideração pelo espaço do outro (não se impor).

Essas últimas características são justamente aquelas que são ensinadas e conseqüentemente esperadas de meninas e mulheres e por isso, se nelas identificadas, não despertariam a suspeita de autismo, enquanto, como exposto nos estudos citados na seção anterior, meninos que as apresentam estariam agindo diferentemente do que deles é esperado (jogos coletivos, falar alto, atividade física) e por isso levantar-se-ia a suspeita e preocupação acerca de um possível diagnóstico de TEA. Não obstante, o *masking* também é um importante fator de influência nesta problemática, visto que meninas apresentam o comportamento de camuflagem de sintomas autistas com muito mais frequência que os meninos, por conta da própria socialização feminina, que por si só incentiva meninas e mulheres a esconderem quem realmente são em prol daquilo que é esperado delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se a partir da literatura revisada que a problemática do subdiagnóstico do Transtorno do Espectro Autista nas mulheres é multifatorial. Penso que o problema começa no fato de que o autismo, bem como outros transtornos mentais, não é identificável a partir de um exame de imagem ou laboratorial. Ainda assim, é um diagnóstico que cada vez mais se torna “popular” no sentido de que é uma preocupação para muitos pais e profissionais da educação, e a dificuldade de diagnóstico (para todos os gêneros) é um grande empecilho para as famílias. A primeira dificuldade de diagnóstico se dá pelo fato de o processo ser longo e na maioria das vezes, multiprofissional, dessa forma, encontrar a equipe adequada pode ser bastante complicado e economicamente custoso.

Para o diagnóstico em mulheres, o problema parece ser um conglomerado de fatores que tem em sua base um forte fator cultural, no qual profissionais da saúde e professores interpretam comportamentos baseando-se em funções estereotipicamente associadas a um gênero ou outro. Uma menina que não interage tanto com seus pares, que é mais calada ou age de maneira incomum pode vir a ser considerada imatura, tímida ou passiva (Viana, 2022).

Durante minha jornada acadêmica bem como a revisão de literatura necessária para a confecção deste trabalho, pude perceber o quanto o diagnóstico de TEA (bem como o diagnóstico de diversos outros adoecimentos mentais) existe em uma linha tênue entre uma prisão de estigmas e uma libertação advinda do autoconhecimento. Ao passo que a sociedade tem a tendência de rotular e excluir o diferente, o diagnóstico facilita o acesso a coisas importantes como: acesso a informação acerca de cuidados com a saúde mental, grupos de apoio, comunidades que compartilham interesses em comum possibilitando uma rede de apoio e interação social. Além disso, o diagnóstico possibilita também o acesso a políticas públicas como tratamento psicológico e acompanhamento escolar.

É importante então que a ciência continue avançando em suas pesquisas que corroboram a importância da atenção especial na observação e identificação de mulheres autistas, um exemplo de avanço é o desenvolvimento do CAT-Q, que permite a melhor compreensão da camuflagem de sintomas autistas em adultos, comportamento mais intensamente observado em mulheres do que em homens. Outro exemplo é a nova revisão do texto do DSM-5, que demonstra maior sensibilidade e descrição das dificuldades diagnósticas enfrentadas pelas mulheres. É necessário que se estabeleçam parâmetros que englobem a manifestação feminina do TEA.

Os estudos acerca dos temas que envolvem o autismo não são muitos no Brasil, e por isso, a maior parte da minha pesquisa foi feita a partir de artigos escritos na língua inglesa, o que torna este conhecimento menos acessível para aqueles que não possuem a compreensão deste idioma. É necessário que experimentos e pesquisas sejam adaptadas para o contexto brasileiro para melhor entender sua implicação em nosso território, bem como o desenvolvimento de métodos e testes. O avanço da ciência e o avanço cultural precisam andar juntos, principalmente em questões como essa, na qual a problemática é justamente o quanto os estereótipos de gênero parecem enevoar o olhar de pais, educadores e profissionais da saúde para crianças autistas do gênero feminino.

REFERÊNCIAS

- Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de pesquisa*, 127-147.
- American Psychiatric Association (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- American Psychiatric Association (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. 5. ed., rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- Beauvoir, S. Por que sou feminista? Entrevista a Jean-Louis Servan-Schreiber. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YxUKvtW-8Ww>. Acesso em 12/06/2023.
- Beck, J. S., Lundwall, R. A., Gabrielsen, T., Cox, J. C., & South, M. (2020). Looking good but feeling bad: “Camouflaging” behaviors and mental health in women with autistic traits. *Autism*, 24(4), 809-821.
- Calixto, R. S. (2018). Caracterização de opiniões e práticas de adultos uberlandenses sobre a divisão de papéis de gênero na família. Dissertação (mestrado em psicologia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.221>
- Costa, F. L., & Lima, R. D. C. P. (2022). Representações do passado escolar por mulheres autistas sob a abordagem (auto) biográfica. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica*, 7(20), 207-221.
- Cumin, J., Pelaez, S., & Mottron, L. (2022). Positive and differential diagnosis of autism in verbal women of typical intelligence: A Delphi study. *Autism*, 26(5), 1153-1164.
- Davis, A. (2016). Mulheres, classe e raça. (H. R. Candini, Trad). (1a ed.). São Paulo: Boitempo Editorial.

- Dean, M., Harwood, R., & Kasari, C. (2017). The art of camouflage: Gender differences in the social behaviors of girls and boys with autism spectrum disorder. *Autism, 21*(6), 678-689.
- Dornelas, P. M. (2019). As noções de masculino e feminino: concepções ideológicas e papéis de gênero. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.1235>
- Freire, M. G., & Cardoso, H. dos S. P. (2022). Diagnóstico do autismo em meninas: Revisão sistemática. *Revista Psicopedagogia, 39*(120).
<https://doi.org/10.51207/2179-4057.20220033>
- Hiller R. M., Young R. L. & Weber N. (2014) Sex differences in autism spectrum disorder based on DSM-5 criteria: evidence from clinician and teacher reporting. *Journal of Abnormal Child Psychology 42*(8): 1381–1393.
- Hull, L., Petrides, K. V., & Mandy, W. (2020). The female autism phenotype and camouflaging: A narrative review. *Review Journal of Autism and Developmental Disorders, 7*(4), 306-317.
- Hull, L., Lai, M. C., Baron-Cohen, S., Allison, C., Smith, P., Petrides, K. V., & Mandy, W. (2020). Gender differences in self-reported camouflaging in autistic and non-autistic adults. *Autism, 24*(2), 352-363.
- Jaarsma, P., & Welin, S. (2012). Autism as a natural human variation: Reflections on the claims of the neurodiversity movement. *Health care analysis, 20*, 20-30.
- Kinrys, G., & Wygant, L. E. (2005). Transtornos de ansiedade em mulheres: gênero influência o tratamento?. *Brazilian Journal of Psychiatry, 27*, s43-s50.
- Lin, J., da Costa, M. D. A., de Rezende, V. L., Danielski, V. Z., Rabaioli, C. T., & Gonçalves, C. L. (2022). Transtorno do Espectro Autista em Meninas: Características Clínicas e Dificuldades Diagnósticas. *Boletim do Curso de Medicina da UFSC, 8*(2), 32-37.

- Malagoni, G., & Luz, A. C. (2021). DIFICULDADES NO DIAGNÓSTICO DE AUTISMO EM MENINAS. *Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza, 1*.
- Ortega, F. (2008). O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana, 14*, 477-509.
- Pereira, J. B. B. (2019). A influência do gênero no lazer: ideologia e práticas.
- Rodrigues, C. (2005). Butler e a desconstrução do gênero. *Revista Estudos Feministas, 13*(1), 179-183.
- Sampaio, M., & Miura, R. K. K. (2015). Concepções de professores sobre pessoas com espectro do autismo. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, 2*(02).
- Schmidt, C. (2017). Transtorno do Espectro Autista: onde estamos e para onde vamos. *Psicologia em Estudo, 22*(2), 221-230.
- Viana, J. T. T. (2022). Uma discussão sobre como as ferramentas de avaliação atuais impactam no subdiagnóstico de autismo em meninas. Trabalho de Conclusão de Residência, Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Curso de Programa de Residência Médica em Neurologia Pediátrica. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/236486>
- Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In J. Vala, M.B. Monteiro (Orgs)., *Psicologia social*(pp. 457-502). Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Wood, C., & Freeth, M. (2016). Students' stereotypes of autism. *Journal of Educational Issues, 2*(2), 131-140.